

A ABORDAGEM HUMANISTA NA GEOGRAFIA

Paula da Silva Bespalec

Mestranda em Geografia, Instituto de Geociências, Unicamp

paula.bespalec@ige.unicamp.br

Profa. Dra. Rita de Cássia Martins de Souza Anselmo

Profa. Adj2, Instituto de Geografia, UFU

ritacmsou@ig.ufu.br

Resumo

Este trabalho se baseia num aprofundamento das discussões acerca da abordagem humanista na Geografia. Tem como princípio fundamental que o desenvolvimento desse campo científico é influenciado pelas transformações próprias à Ciência, mas também pelo contexto econômico-social e pelos diferentes conjuntos de idéias existentes em um determinado período histórico. Na primeira parte foram levantadas as concepções sobre o assunto do ponto de vista de alguns trabalhos “clássicos” de geógrafos brasileiros. Na segunda parte problematiza-se o contexto pós Segunda Guerra Mundial, e, finalmente, na parte final analisa-se o afloramento das correntes críticas e, o fortalecimento de duas vertentes humanistas na Geografia: aquela autodenominada de humanística e a materialista histórica encampada por várias tendências marxistas.

Palavras chave: Geografia, Humanismo, Ciência, Crise Pós Guerra, Correntes Críticas

THE HUMANIST APPROACH IN GEOGRAPHY

Abstract

This paper is based on a deepening of discussions about the humanistic approach in geography. The main principle is that the development of this scientific field is influenced by the transformations proper to the Science itself, but also by the economic and social context and by the diverse set of ideas in a certain historical period. The first part raised the conceptions about the subject from the point of view of some “classical” works of Brazilian’s geographers. The second part problematizes the context post World War II and, finally, at the final part, the paper analyzes the emergence of the critical current and the strengthening of two humanistic aspects in Geography: the one self-styled humanist and the historical materialism taken over by various Marxists leanings.

Keywords: Geography; Humanism; Science; Post War Crisis; Critical Current.

Introdução

Durante o desenvolvimento do pensamento geográfico coexistiram diferentes concepções a respeito do conceito de Geografia e de como desenvolvê-la. Desde os

primeiros estudos realizados, essa área de conhecimento assumiu posturas diferenciadas, seja pelo contexto histórico e pretensão de reconhecer-se enquanto ciência e assim possuir legitimidade, ou por iniciativas de pensadores que baseados em influências as mais variadas, propuseram alternativas diferenciadas para o pensar geográfico. Diante disso, encontram-se desde a sua sistematização, no século XIX, várias vertentes que contribuíram para a formação da totalidade dessa ciência. Vale destacar que para a Geografia, o espaço, sua mais importante categoria filosófica, “[...] é considerado ao mesmo tempo como o resultado concreto de um processo histórico, e neste sentido ele possui uma dimensão real e física, ou como uma construção simbólica que associa sentidos e idéias.” (GOMES, 2000, p.307).

A corrente humanista na Geografia apresenta várias perspectivas e está baseada em diferentes referenciais teóricos, os quais podem ser complementares e, outras vezes, contraditórios. No entanto, um dos consensos do Humanismo diz respeito à contestação à ciência objetivista e racionalista, calcada nos modelos positivistas, considerados, por essa vertente, como não adequados à análise das relações sociais devido à peculiaridade destas e a dificuldade de encaixá-las em leis universais.

A partir dos trabalhos de alguns autores que discutem a temática ou já discorreram sobre o assunto sob derivação de outras pesquisas, pode-se ter um panorama interessante a respeito das origens do humanismo na Geografia. Para Paul Claval (2001) a Geografia Cultural – considerada não somente como um ramo da disciplina, mas sim como uma perspectiva da Geografia Humana que considera os fatores culturais como relevantes aos estudos geográficos – possui suas raízes na Geografia Tradicional em autores como Friedrich Ratzel, Paul Vidal de la Blache, Otto Schlüter, Jean Brunhes, Carl Ortwin Sauer; inserida assim no naturalismo científico e baseando-se, predominantemente, no estudo dos fatos culturais relacionados ao uso diferenciado do espaço, provenientes da diferenciação técnica de povos distintos juntamente com as características do meio físico. Além disso, o autor destaca a existência de duas raízes para a Geografia Cultural: a francesa e a americana ou inglesa (CLAVAL, 2001). Segundo Claval (2001), observou-se a partir do final da década de 1960 uma mudança na concepção referente aos estudos humanistas com a introdução de críticas à concepção neopositivista na ciência e inclusão de aportes fenomenológicos e críticos, culminando numa nova Geografia Cultural.

Para Holzer (1993) a Geografia Humanista anglo-saxônica possui suas origens na Geografia histórica e cultural tradicional, destacando o papel de Sauer como precursor do culturalismo. A Geografia Humanista, nessa proposição constituiu-se, após um período de renovação nos anos pós 1970, com a inserção de bases filosóficas fenomenológicas e existencialistas e a centralização na subjetividade das ações humanas. Entretanto, o autor aparta a Geografia Humanista da Geografia Comportamental praticada por alguns autores da década de 1960. Ambas trabalhavam com questões referentes à percepção ambiental, porém os autores desta última “*visavam à incorporação de aspectos subjetivos à geografia analítica, buscando maior consistência metodológica para uma geografia aplicada*” (HOLZER, 1993, p.139); enquanto os humanistas estavam preocupados com a construção de uma nova epistemologia para a Geografia, incorporando questionamentos de outras áreas científicas. Como pioneiros dos estudos na Geografia Humanista são citados por Holzer (1993) David Lowenthal e Yi-Fu Tuan.

Por outro viés, Capel (1981) apresenta a Geografia Humanista como proveniente da Geografia da Percepção ou do Comportamento – vertente inserida no neopositivismo, porém objetivando criticar os modelos de localização espacial das atividades humanas propostas pela Geografia Quantitativa – concepção que se apossou de enfoques filosóficos e recuperou abordagens historicistas relacionadas à Geografia Tradicional.

Tendo em vista o grande rol de possibilidades de abordagem sobre o tema, este trabalho se propõe uma revisão e um aprofundamento das discussões acerca da abordagem humanista na Geografia. Tem como princípio fundamental que o desenvolvimento desse campo científico, no sentido conferido por Bourdieu (1983), não está somente inserido nas transformações intrínsecas que ocorrem à Ciência como um todo, mas também no contexto econômico social e nos diferentes conjuntos de idéias existentes em um determinado período histórico, que acabam influenciando na construção de novas formas de pensamento e de conhecimento. Na primeira parte “*Primeiras Aproximações Acerca do Humanismo na Geografia*” foram levantadas as concepções sobre o assunto do ponto de vista de alguns trabalhos “clássicos” de geógrafos brasileiros que abordaram a história do pensamento geográfico. Na segunda parte “*O Pragmatismo do Pós II Guerra Mundial*”, problematiza-se o contexto pós Segunda Guerra Mundial, e, finalmente, no item “*Os anos 70, a crise do sistema*

capitalista e o despertar das correntes críticas na Geografia” analisa-se o afloramento das correntes críticas e, o fortalecimento de duas vertentes humanistas na Geografia: aquela autodenominada de humanística e a materialista histórica encampada por várias tendências marxistas.

Não se tem a pretensão de oferecer uma análise completamente nova acerca da temática, mas contribuir para aprofundar a discussão em torno das questões teórico-metodológicas fundamentais para a ciência geográfica. Procura-se iluminar pontos que vêm sendo deixados de lado, sobretudo, os que dizem respeito ao contexto histórico que deu vazão a certas concepções de mundo que sempre estiveram presentes na história da ciência e que só ganharam notoriedade em certos contextos. Como exemplo desse fenômeno pode ser mencionado o caso de Elissé Reclus, cuja obra do início do século XX, é retomada apenas após o movimento crítico dos anos de 1970, ou ainda, o destaque que se deu nesses anos críticos aos trabalhos de Josué de Castro, até então considerado mais como um “médico contestador” que trabalhava com temas da Geografia, do que propriamente um geógrafo.

Primeiras Aproximações Acerca do Humanismo na Geografia

Para começar, observa-se uma generalização na utilização do conceito de Humanismo entre os geógrafos, o que acaba causando confusões no entendimento e na delimitação das características do Movimento e suas interfaces com a Geografia. Assim, torna-se importante discutir a especificidade do conceito.

No Existencialismo de Sartre, o Humanismo é evidenciado pela transcendência e subjetividade, admitindo “*o homem como constantemente se projetando para fora de si mesmo, construindo-se, realizando-se no mundo*” (NOGARE, 1978, p.163).

Em contraposição, o Humanismo sob o materialismo histórico e dialético:

[...] concebe o homem como um ser social cuja natureza é agir em colaboração com outros homens para transformar, por sua ação, o universo e a sociedade no sentido de uma crescente dominação sobre o mundo físico, de uma comunidade cada vez mais ampla e perfeita e de uma liberdade cada vez maior na vida social (GOLDMANN, 1979, p.34).

Admite-se enquanto valores universais a “[...] *identidade parcial ou total entre sujeito e objeto quando se trata do conhecimento dos fatos humanos, o caráter histórico*

e social de toda vida e manifestações humanas, o caráter dialético de toda realidade individual ou coletiva". (GOLDMANN, 1979, p.32).

Os princípios humanistas do período renascentista foram retomados, em parte, pela ciência moderna e conseqüentemente pelo “novo” racionalismo que nasceu da produção de conhecimentos pelos filósofos do século XVIII, o século do Iluminismo. Dentre as agitações deste período, sobretudo no contexto político, econômico e religioso, verificou-se o repúdio à metafísica embasada em fins teológicos; a valorização da natureza humana e da responsabilidade da razão, e assim, do papel do Homem, na investigação lógica dos fenômenos do mundo, principalmente os relacionados à natureza (GOMES, 2000). O homem da época do Renascimento transformou-se de um observador passivo da natureza para um ser ativo, modificando e recriando o universo. Dentro dessa nova dimensão, buscou-se “*um sentido interior na cultura humana*” e a descoberta de sociedades diferentes, deixando como legado ao Humanismo moderno um dos seus valores: a alteridade (GOMES, 2000).

Das investigações e da construção de conhecimentos baseados em metodologias das ciências exatas, primordialmente, estabeleceu-se o modelo racionalista clássico. Entretanto, concomitantemente, sistemas alternativos de construção do conhecimento coexistiram, sejam como formas de aperfeiçoamento do método objetivo ou como críticas ao modo de pensar da época. Dentre estes, sobressaem-se, nos séculos XVIII e XIX, as idéias inseridas na Filosofia da Natureza, no Romantismo, na Hermenêutica e na Fenomenologia, algumas das quais foram absorvidas pela Geografia e serão aqui discutidas.

A análise da sistematização da disciplina geográfica, bem como dos fatores que levaram a existência de diversas concepções e métodos utilizados, deve estar embasada no contexto histórico e nos interesses políticos, econômicos e sociais da sociedade da época. Sustentando essa posição, Quaini (1983), mostra como a conjuntura de certos períodos da história influenciou na construção da Geografia Humana. Segundo este autor com a instituição da Geografia Moderna, calcada nos modelos positivistas, sobretudo o determinismo ambiental de Ratzel, houve um retrocesso em relação às concepções adquiridas do Iluminismo, porém, ao mesmo tempo, o estabelecimento de conjuntos de idéias com enfoques divergentes, no mesmo período do auge do racionalismo moderno, contribuiu para a fixação das bases do Humanismo na Geografia.

Gomes (2000), em “Geografia e Modernidade”, salienta alguns pontos em comum utilizados pela disciplina que foram retomados do Humanismo renascentista. O primeiro se refere à *visão antropocêntrica do saber* que demarca a subjetividade como relevante devido à atribuição de valores e significados pertinentes a uma produção científica que combate o materialismo e parte de uma análise das particularidades, sem a pretensão de generalizações.

A segunda característica diz respeito à abordagem holística dos conhecimentos geográficos, a qual visa apreender a totalidade, já que “*a ação humana não pode jamais estar separada de seu contexto, seja ele social ou físico*” (GOMES, 2000, p.311). Apesar da impossibilidade de qualquer pesquisa científica abarcar a totalidade do fenômeno estudado, devido, principalmente, à concepção de mundo do pesquisador que está delimitada por um quadro psicológico-cultural determinante de seus interesses e objetivos, o holismo aqui é entendido como uma contextualização histórica, política, cultural, econômica e ambiental processual do fenômeno analisado, considerando-o como um todo. O holismo baseado na Filosofia da Natureza proposta por Schelling contesta o procedimento analítico – exame das partes de uma totalidade para a sua compreensão – propondo a síntese na construção do conhecimento.

A Hermenêutica também é considerada como uma manifestação do Humanismo. Enquanto metodologia, a Hermenêutica visa “*interpretar todo o jogo complexo de analogias, de valores, de representações e de identidades*” (GOMES, 2000, p.312) que configuram um determinado espaço, estabelecendo uma particularidade para um dado grupo social, o que de acordo com Anne Buttimer (1982) pode ser comparada com o gênero de vida utilizado na Geografia Tradicional Francesa. A importância maior é dada ao sujeito do que ao objeto e à conexão entre ambos. Diferentemente da ciência racionalista que busca explicar os fatos, a hermenêutica intenta *compreendê-los em sua totalidade*, além de contrapor-se aos modelos sistemáticos apresentados devido à rejeição da análise objetiva dos fenômenos, ou seja, da rejeição da possibilidade de apreensão total do objeto, independentemente das concepções subjetivas, nas quais as representações, os sentimentos, o imaginário, têm papel decisivo.

Nesse sentido, a arte e a literatura podem ser apresentadas como objetos de estudo dos geógrafos humanistas por compreenderem valores e significações referentes aos indivíduos ou grupos que as produzem, os quais não podem ser captados e

interpretados pelos métodos rígidos da ciência racionalista sem perder grande parte de suas contribuições.

Segundo Gomes (2000) o Humanismo fenomenológico foi trabalhado na Geografia sob o ponto de vista de duas propostas mais abrangentes que se entrecruzam em vários pontos: uma desenvolvida mais na França e outra mais na Grã-Bretanha.

A primeira matriz é a do *espaço vivido*, que teve desenvolvimento na França.

O estudo sobre os espaços vividos começou a se desenvolver na França independentemente e sem relação com o humanismo fenomenológico anglo-saxão, como nos explica A. Frémont em seu prefácio. De fato, as referências fundamentais dos trabalhos sobre o espaço vivido são variadas e parecem ser antes inspiradas pelas ciências sociais do que por uma filiação filosófica precisa. Este movimento do espaço vivido se nutriu essencialmente de uma bibliografia francesa, e seus suportes mais fortes são aqueles da escola francesa de geografia da primeira metade deste século, sobretudo os de Vidal de La Blache e de Pierre Deffontaines (GOMES, 2000, p.316-17).

O autor destaca que esta matriz não se propõe nenhuma preocupação generalizante ou a criação de um sistema teórico rígido ou de objetivação. Propõe-se como uma das dimensões da Geografia, concomitantemente ao racionalismo, formando uma pluralidade. Utiliza-se da base teórica fornecida pelas obras de Paul Vidal de La Blache e Pierre Deffontaines, nas quais, justamente, a particularidade dos lugares ou das *regiões* é essencial.

Frémont foi um dos principais autores dessa vertente que privilegia alguns temas sem a preocupação com a estruturação de uma unidade metodológica. O espaço vivido é trabalhado por ele como a “*dimensão da experiência humana dos lugares*” (GOMES, 2000, p.317), associando às bases da Geografia Francesa Tradicional, a psicologia genética de Piaget e a psicanálise.

A outra matriz do “humanismo fenomenológico”, apresentada por Gomes (2000) apresenta como principal diferença da primeira a necessidade de legitimação. A aplicação científica dos conceitos fenomenológicos à disciplina geográfica tornou-se mais intensiva a partir dos anos de 1970, com os artigos de Relph e Yi-Fu Tuan, que sofreram influências de Husserl, além de Anne Buttimer que busca conceitos em Heidegger e Merleau-Ponty.

Segundo Gomes (2000), as principais características da filosofia fenomenológica são a busca do *essencial na experiência particular*, além desta concepção se constituir como intermediária entre uma ciência racionalista e o excesso relativista proposto em

algumas *correntes intuicionistas do início deste século*. Afirma ainda que, tanto nesta proposta como na primeira, há a revalorização do conceito de lugar e a interferência de influências românticas, como a nostalgia, verificada através da valorização das tradições e da depreciação das modernidades da sociedade atual.

O professor Antonio Christofolletti (1982) em *“Perspectivas da Geografia”* apresenta as correntes idealistas atinentes ao Humanismo, destacando raízes em autores como Kant, Hegel e Edmund Husserl, como o mais contemporâneo, além de Heidegger, Merleau-Ponty e Sartre. *“Nessa perspectiva, os geógrafos humanistas argumentam que sua abordagem merece o rótulo de “humanística”, pois estudam os aspectos do homem que são mais distintamente humanos: significações, valores, metas e propósitos”* (CHRISTOFOLETTI, 1982, p.22).

O autor cita como objeto de estudo da Fenomenologia a experiência individual ou de grupos e define alguns conceitos trabalhados por essa corrente, como o de lugar e o de espaço. Carregado de subjetivismo, o *lugar* é considerado como aquele em que o indivíduo ou o grupo está envolvido afetivamente, que guarda os seus valores, significações e visões de mundo. Assim, *“o estudo do espaço é a análise dos sentimentos e idéias espaciais das pessoas e grupos de pessoas”* (CHRISTOFOLETTI, 1982, p.23). Apesar de inclusos na mesma corrente, alguns autores apresentam sutis diferenças em suas proposições. Como trabalhos pioneiros e seminais dessa orientação teórico-metodológica, Christofolletti (1982) coloca os de David Lowenthal (1961), Anne Buttimer (1976) e Yi-Fu Tuan (1976).

Leonard Guelke é tomado por Christofolletti (1982) como a principal referência da Geografia Idealista. Para Guelke *“o objetivo do geógrafo humano idealista é compreender o desenvolvimento da paisagem cultural da Terra ao revelar o pensamento que jaz atrás dele”* (GUELKE *apud* CHRISTOFOLETTI, 1982, p.25). Porém, segundo Christofolletti, Guelke não escapa dos princípios positivistas, apenas os reformula *“apontando a necessidade e a importância de também se incluir as preocupações com os pensamentos humanos para a efetiva compreensão das organizações espaciais”* (CHRISTOFOLETTI, 1982, p.25).

Nesta orientação os aspectos racionais estão ligados a um sistema de idéias de um indivíduo ou grupo, os quais podem ter sido adquiridos pela experiência ou como herança das crenças e tradições do contexto sócio-cultural em que se vive. Esse sistema é que determina a interpretação do mundo, bem como as ações que o indivíduo ou

grupo realiza, porém o ser humano não é somente passivo quando se refere ao sistema de idéias, ele se torna um “*agente racional impondo ativamente uma ordem teórica sobre o mundo a perseguir seus objetivos*” (GUELKE, 1982, p.207). Na concepção de Guelke, a relevância do estudo dos geógrafos humanos está na análise dos “*aspectos racionais da existência humana*” (GUELKE, 1982, p.196) e os aspectos físicos e psicológicos interessam na medida em que estão relacionados àqueles, já que “*o geógrafo humano está interessado em compreender a resposta racional para o fenômeno, mas não na explicação do fenômeno em si*” (GUELKE, 1982, p.197). Assim, o objetivo do geógrafo seria “*reconstruir o pensamento que sustenta as ações que foram encetadas*”, não necessitando de suas próprias teorias, “*porque está interessado nas teorias expressas nas ações do indivíduo que está sendo investigado*” (GUELKE, 1982, p.204).

No livro “*Geografia. Pequena História Crítica*”, Moraes (1999) discute dois movimentos: o primeiro, dentro do que o autor convencionou chamar de Geografia Tradicional, aconteceu nos Estados Unidos, por volta de 1930, com a geração de duas Escolas Geográficas, a da Califórnia e a Escola do Meio-Oeste. A Escola da Califórnia foi responsável pelo desenvolvimento da Geografia Cultural proposta por Carl Sauer, que se baseou *no estudo das paisagens culturais*, entendido como a “*análise das formas que a cultura de um povo cria, na organização de seu meio*” (MORAES, 1999, p.86). A Escola do Meio-Oeste aproximou-se de disciplinas econômicas e sociológicas e teve, segundo o autor, como principal precursor Richard Hartshorne.

No segundo movimento, já dentro da renovação da Geografia, nos anos de 1970-80, o autor apresenta a Geografia da Percepção ou Comportamental incluída na perspectiva da Geografia Pragmática — vertente iniciada na década de 1930 na Escola de Viena, com maior desenvolvimento em meados dos anos de 1950 — que visava fornecer um caráter prático à Geografia. Através do levantamento de informações e criação de modelagens objetivava dinamizar áreas em atraso e proporcionar uma homogeneização do desenvolvimento via ações de planejamento promovidas, principalmente, pelo poder estatal.

Utilizando-se da psicologia e de teorias behavioristas, o objetivo da Geografia da Percepção, segundo o autor, é compreender o comportamento humano frente à percepção e à consciência que os indivíduos possuem do espaço por eles vivenciado. Incluindo-a no contexto da orientação neopositivista da Geografia, Moraes critica sua

principal meta, ou seja, a de informar “[...] como implementar o plano formulador, principalmente no que tange à reação do elemento humano, frente às alterações prescritas” (MORAES, 1999, p.108).

As pesquisas sob essa orientação, realizadas no Departamento de Geografia da UNESP de Rio Claro – SP são apontados por Manoel Correia de Andrade, como pioneiras no Brasil, em “*Geografia Ciência da Sociedade: uma introdução à análise do pensamento geográfico*”: “[...] também os trabalhos iniciais dos estudos de Geografia da Percepção, com os ensinamentos da professora Livia de Oliveira, e a tradução, por ela, das duas obras fundamentais de Yi-Fu Tuan” (ANDRADE, 1987, p.111).

Andrade (1987) aponta as limitações dessa orientação na Geografia, já que baseada no subjetivismo e na análise do indivíduo, a vertente não coloca em discussão a ordem estabelecida e desloca para o individual, problemas que, para algumas concepções, inclusive a sua própria, deveriam ser considerados de cunho social.

Corrêa (1999), em capítulo publicado no livro “*Manifestações da cultura no espaço*” apresenta o Humanismo dentro das influências que participaram do período de renovação pelo qual passou a Geografia Cultural a partir da década de 1970. Denomina de Geografia Cultural a concepção mais abrangente, tendo como precursor Carl Sauer. Esta vertente cultural da Geografia passou por inúmeras alterações, seja nas temáticas trabalhadas ou nos referenciais teóricos adotados. Manteve influências da Geografia Cultural Tradicional, como absorveu concepções do “*materialismo histórico e dialético, que considera a cultura simultaneamente como um reflexo e uma condição social*” (CORRÊA, 1999, p.52) e aportes da Fenomenologia, “*que valoriza a experiência, a intersubjetividade, os sentimentos, a intuição e a compreensão daquilo que não se repete*” (CORRÊA, 1999, p.52). O autor identifica como “Geografia Humanista”, propriamente, apenas esta última.

Como principais autores desta última influência são citados por Corrêa: Edward Relph e Yi-Fu Tuan trabalhando com o conceito de lugar; Frémont com o de espaço vivido; e, Berque e Cosgrove apresentando uma nova abordagem para a paisagem cultural.

A partir das reflexões realizadas, verificou-se que a retomada dos princípios humanistas na Geografia, visou à construção de uma ciência contraposta ao positivismo, que tentou escapar das dificuldades do naturalismo e firmar-se enquanto ramo das Ciências Sociais. Verifica-se que a designação de Humanista, muitas vezes, tem sido

utilizada de forma aleatória, dificultando a compreensão da grande diversidade do movimento. Não se trata, portanto, de resgatar a homogeneidade teórica humanista, mas de dar tratamento às bases provenientes do Humanismo inseridos na Geografia. A partir disso, é possível admitir a existência de três grandes concepções filosóficas de mundo, com seus vários desdobramentos, que tiveram direta atuação sobre o conhecimento científico e, por extensão, sobre a Geografia moderna: a fenomenologia, o idealismo e o materialismo histórico. Estas grandes orientações filosóficas merecem esforço de análise e compreensão, a partir de uma análise histórica que apresente o contexto gerador dessas reações críticas para a Geografia.

O Pragmatismo do Pós II Guerra Mundial

Os anos de 1950 são conhecidos por sua prosperidade. Desenvolvimento econômico acelerado, investimentos em ciência e tecnologia, bem como estratégias de planejamento econômico e territorial veiculadas pelos Estados, conferem características particulares ao período. Na interpretação de Hobsbawm (1995) essa “Era de Ouro” diz respeito essencialmente aos países capitalistas desenvolvidos. Esse fato somente pôde ser verificado com o passar dos anos, já que no período em que ocorreu, *“o surto econômico pareceu quase mundial e independente de regimes econômicos”* (HOBSBAWM, 1995, p.255).

Passados os conflitos pós II Guerra Mundial, os Estados investiram maciçamente no seu desenvolvimento. Verificou-se um crescimento excepcional das economias européias, o que as aproximou dos indicadores econômicos apresentados pelos Estados Unidos, os quais não sofreram tanta influência do período, já que *“não sofreram danos, aumentaram seu PNB em dois terços e acabaram a guerra com quase dois terços da produção industrial do mundo”*. (VAN DER WEE, 1987 *apud* HOBSBAWM, 1995, p.254). A recuperação pós-guerra foi considerada prioridade para os países europeus e para o Japão.

O período é caracterizado por um forte crescimento industrial de âmbito mundial, porém mais destacado nos países capitalistas, sendo suas diferenciações apresentadas de acordo com a estruturação do sistema político e econômico existente em cada país. Esse modo de produção industrial se caracterizou pela propagação do modelo fordista praticado nos EUA, com produção em massa e em grande escala e

mecanização da mão-de-obra. O baixo preço do petróleo foi um dos fatores que propiciaram esse crescimento, bem como incentivaram a propagação da indústria automobilística. O aumento populacional juntamente com o crescimento da expectativa de vida foram notáveis. Constatou-se também uma intensificação na produção de alimentos e uma racionalização das técnicas agrícolas evidenciada pelo aumento da produtividade das terras.

Um fato de extrema importância que se sobressaiu à época foi a revolução científica e tecnológica como uma das propulsoras do crescimento econômico. Foram desenvolvidos produtos com novos tipos de materiais, bem como melhorados outros já existentes.

A guerra com suas demandas de alta tecnologia, preparou vários processos revolucionários para posterior uso civil, embora um pouco mais do lado britânico (depois assumido pelos EUA) que entre os alemães com seu espírito científico: radar, motor a jato e várias idéias e técnicas que prepararam o terreno para a eletrônica e tecnologia de informação do pós-guerra (HOBSBAWM, 1995, p.260).

A pesquisa científica mais voltada à aplicabilidade encontrava campo nesse cenário no desenvolvimento de novos produtos e técnicas que facilitassem o desenvolvimento econômico dos países, impactando consideravelmente na vida da sociedade. A produção de artigos industrializados, com destaque para os gêneros alimentícios e os eletrodomésticos, a modernização na agricultura e o acesso à informação através dos meios de comunicação, são exemplos dessas transformações. Toda essa agitação científica e industrial (principalmente pelo modelo fordista que necessitava de um grande mercado consumidor) trouxe como consequência a propagação da ideologia do consumo. Cada vez mais se transmitia a idéia de que a qualidade de vida da população dependia do conforto e da praticidade fornecida pelos equipamentos modernos, seja pelas vantagens oferecidas pelos eletrodomésticos ou pela maior inserção das pessoas no mundo da comunicação, pelo uso dos telefones, como exemplo.

A revolução tecnológica entrou na consciência do consumidor em tal medida que a novidade se tornou o principal recurso de venda para tudo, desde os detergentes sintéticos (que passaram a existir na década de 1950) até os computadores *laptop*. A crença era que “novo” equivalia não só a melhor, mas a absolutamente revolucionário (HOBSBAWM, 1995, p.261).

Os investimentos em Pesquisa e Desenvolvimento passaram a ser fundamentais para o crescimento econômico e os processos de inovação de técnicas e produtos passaram a ser aplicados como capital de investimento nos custos de produção das empresas. Essas novas tecnologias necessitavam cada vez menos de mão-de-obra especializada; no entanto, o alto crescimento econômico verificado nos países manteve ou até aumentou o número de empregos, sendo que em alguns países a taxa de desemprego foi muito baixa e outros chegaram próximos de atingir a meta do pleno emprego.

Segundo Hobsbawm as causas dessas transformações no sistema e conseqüente prosperidade do capitalismo estão relacionadas à *“uma substancial reestruturação e reforma do capitalismo e um avanço bastante espetacular na globalização e internacionalização da economia”* (HOBBSAWM, 1995, p.264). A estruturação se refere à criação de economias mistas, destacando o papel planejador e organizador dos Estados, nas quais ao lado do crescimento econômico encontrava-se o compromisso político dos governos em fornecer condições sociais adequadas à população – Welfare State. O aumento do número de empregos e dos salários fomentaria o crescimento do mercado consumidor, principalmente o *“mercado de consumo de massa para bens de luxo que agora podiam passar a ser aceitos como necessidades”*. (HOBBSAWM, 1995, p.264).

O avanço na internacionalização da economia pôde ser verificado pela multiplicação da atividade produtiva da economia mundial com um crescente comércio de produtos industrializados e pela conseqüente intensificação da divisão internacional do trabalho. Nos países em desenvolvimento do chamado Terceiro Mundo verificou-se um forte papel estatal no incentivo à diversificação das atividades econômicas com a criação de parque industrial objetivando a substituição das importações dos produtos manufaturados.

Para os pensadores e formuladores de decisões e políticas da época, a transformação no sistema e o papel planejador dos Estados pretendiam evitar o desastre ocorrido na Grande Depressão resultado de um *“colapso do sistema comercial e financeiro global e à conseqüente fragmentação do mundo em pretensas economias ou impérios nacionais autárquicos em potencial”*. (HOBBSAWM, 1995, p.266), além do afastamento do liberalismo de livre mercado. *“Alguns objetivos políticos – pleno emprego, contenção do comunismo, modernização de economias atrasadas, ou em*

declínio, ou em ruínas – tinham absoluta prioridade e justificavam a presença mais forte do governo” (HOBSBAWM, 1995, p.267).

As modificações no contexto político, econômico e cultural ocorridas no período pós II Guerra Mundial culminaram em transformações nos domínios científicos. Santos (2004) cita algumas razões que contribuíram para essa “revolução”: a modificação dos instrumentos utilizados para a realização das pesquisas científicas, com destaque para o progresso verificado na automação, no qual houve a possibilidade de uma apreensão mais exata da realidade; mudanças nos objetivos da ciência e na necessidade dos que a utilizavam. O autor reflete sobre a mudança de paradigmas verificada na época, ou seja, modificações observáveis na realidade: na natureza dos fatos ou na maneira de compreendê-los.

Buscando uma compreensão a partir da filosofia da ciência, Gomes (2000) explica como o positivismo lógico, característico da Geografia Pragmática, foi inserido na disciplina. Conhecido também por filosofia analítica apareceu primeiro nas ciências exatas, como a Matemática e a Física, no início do século XX, possuindo como características principais a oposição ao Idealismo e a separação do sujeito e do objeto participantes do processo de investigação científica. *“Neste realismo, a afirmação de um sujeito do conhecimento independente do objeto abre a possibilidade de uma experiência sintética, que permite a utilização de um modelo matemático para o conhecimento”* (GOMES, 2000, p.251), além da construção do conhecimento por meio de modelos lógicos e, a adoção de sistemas para a substituição da idéia de objeto. Essa vertente trouxe como consequência o estabelecimento de um novo paradigma metodológico baseado na objetividade, no rigor, nos modelos propostos e na unificação de uma metodologia científica fundamentada nos princípios lógicos da ciência Matemática.

Na Geografia, essa proposição desdobrou-se na chamada Geografia Pragmática, também denominada, Quantitativa ou “Teorética”. Do ponto de vista de Santos (2004) ocorreu uma evolução no interior da ciência geográfica ao invés de uma revolução, já que o debate das diversas correntes existentes continuou e somente apareceu uma nova forma de apreensão da realidade.

As principais características dessa “Nova Geografia” são: a oposição à Geografia Tradicional; a busca de novos métodos, como as modelagens, análise de

sistemas, uso de estatísticas objetivando o alcance de maior precisão na análise da realidade, a quantificação tendo como meta a explicação de fatos e variáveis analisadas enquanto probabilidades, além da busca de padrões de causalidade entre as variáveis. Nota-se, nesse momento, a dispersão da Geografia além das fronteiras das escolas nacionais; reflexo do que ocorria no contexto político e econômico (SANTOS, 2004).

A crítica à Geografia Tradicional, segundo Gomes (2000) focalizou a ciência ideográfica praticada, na qual a busca pela singularidade dos fatos geográficos impossibilitava o encontro de uma relação geral e teórica desejada pelo pensamento científico moderno; e, no legado kantiano da abordagem do espaço de maneira absoluta.

Para D. Harvey, o peso da tradição se situa na herança kantiana de um espaço considerado de maneira absoluta. Este tipo de raciocínio, segundo Harvey, repousa na hipótese segundo a qual todas as localizações são únicas. A concepção que apreende as regiões como realidades objetivas, verdadeiras individualidades geográficas, deriva deste mesmo raciocínio de um espaço tomado absolutamente. A pesquisa dos geógrafos em busca da natureza intrínseca das regiões, característica da geografia clássica, deve, segundo Harvey, ser vista como uma questão metafísica sem nenhuma relação com a idéia de ciência moderna (GOMES, 2000, p.259).

A Geografia Quantitativa

concebe um espaço relativo, no qual a localização depende do gênero de coordenadas escolhidas. A escolha é também relativa aos objetivos de cada pesquisa e não há, em princípio, um sistema de coordenadas melhor do que os outros; tudo depende da finalidade do trabalho (GOMES, 2000:259).

Uma das aplicações dessa Geografia foi a realização de análises espaciais urbanas entendendo o espaço como sistema; assim sendo, uma comparação poderia ser realizada entre os diferentes sistemas, já que os fatos geográficos sob esta análise não passam de elementos comuns que podem ser trabalhados matematicamente. Haveria, então, entre os sistemas relacionados uma hierarquia que facilitava o entendimento e uma intervenção política e econômica. A Teoria dos Lugares Centrais de Christaller, a noção de Pólos de Crescimento e de Difusão das Inovações, como exemplo, dotaram a Geografia de um instrumento de planificação e planejamento regional, realizado pelos Estados. Santos (2004) critica essas representações idealizadas que representam o que seria a realidade do ponto de vista de quem as cria, além de não levarem em

consideração as variações de tempo e espaço e os processos responsáveis pela organização espacial.

Foi, aliás, partindo desses três instrumentos de trabalho grosseiramente deturpados em relação às intenções iniciais de seus criadores que se pôde chegar... à regra da difusão descendente e hierárquica, destinada a impor a idéia de que o crescimento prometido, mas não obtido pela utilização de cada um daqueles três instrumentos separadamente (pólos de desenvolvimento, teoria dos lugares centrais, difusão de inovações) seria alcançado pela sua combinação. A tese sustentava, em resumo, que o crescimento localizado e a riqueza acumulada em um só ponto deviam, a partir de um limite dado, difundir-se milagrosamente através de todo o corpo da nação (SANTOS, 2004:102).

Essas teses contribuía, assim, para aumentar a implantação de novas estruturas de produção capitalistas primeiro em áreas mais desenvolvidas e, posteriormente, nos países periféricos. É relevante perceber nesse momento como uma nova organização no sistema capitalista internacional juntamente com a tecnificação das ciências, principalmente por influência de modificações intrínsecas nas ciências exatas, interferiu nas pesquisas de cunho geográfico. Para que a Geografia fosse inserida nesse novo contexto era preciso que possuísse uma dose de utilitarismo. Sendo assim, a ciência facilitou as intervenções necessárias ao crescimento econômico e à dispersão e instalação de novos pontos de acumulação capitalista, deixando de lado, em larga medida, as pesquisas relacionadas à epistemologia, à história do pensamento geográfico e às indagações profundas pertinentes à compreensão do mundo sob o viés geográfico.

Os anos 70, a Crise do Sistema Capitalista e o Despertar das Correntes Críticas na Geografia

A década de 1970 marca o início de crises recorrentes no contexto econômico e político que se estendem aproximadamente até os anos de 1990. As explicações para esse fato não são de total conhecimento dos estudiosos da época, mas sublinham o fim da “Era de Ouro”, caracterizado pela prosperidade no sistema capitalista observada a partir do final da Segunda Guerra Mundial.

Os choques do petróleo marcam o começo desse processo. De acordo com Hobsbawm (1995), a economia global não despencou rapidamente, somente houve uma redução na produção industrial e no comércio internacional dos países mais

desenvolvidos. A crise foi realmente mais verificada nos países africanos, na Ásia Ocidental, América Latina e nos países entendidos como de *socialismo real ocidental*.

Como um dos motivos da crise, o autor cita a ineficiência da administração da economia mundial pelos Estados Nacionais, verificando-se uma perda relativa de poder por parte desses, além do não funcionamento das políticas de governo adotadas nas décadas anteriores. Isso foi possível “*pela globalização da economia após 1970, que pôs os governos de todos os Estados – com a possível exceção dos EUA, com sua enorme economia – à mercê de um incontrolável ‘mercado mundial’.*” (HOBSBAWM, 1995, p.401). Nesse período também, principalmente pós 1980, o processo de privatização e o livre mercado propostos pelo neoliberalismo são observados, bem como o aparecimento de instituições internacionais, com destaque para as não governamentais – reflexo da necessidade da administração global.

Além das modificações conjunturais, houve transformações estruturais, como no modo de produção que passou a se caracterizar como de acumulação flexível: amplamente utilizador das tecnologias da informação, da redução da produção em massa e dos estoques (produção *just in time*) e responsável pela reorganização das empresas, destacando a desintegração vertical e a busca de lugares estratégicos para sua instalação. Essa mecanização e informatização da produção, além da exigência de profissionais especializados, foram responsáveis pela ocorrência de altas taxas de desemprego, fato também agravado pelo êxodo rural decorrente da revolução agrícola e pelo declínio do papel dos sindicatos, os quais possuíam como uma de suas principais funções a produção de empregos. Os problemas que pareciam sanados na época de prosperidade do capitalismo – instabilidade, pobreza, miséria – retornaram e notou-se um aumento das injustas distribuições de renda nos diversos países. Nas economias de mercado desenvolvidas, grande parte da população apoiou-se nos sistemas de previdência e seguridade social iniciado nas décadas anteriores; já nos outros países destacou-se a inclusão de parte dessa população na economia informal.

Destacam-se no período agitações culturais observadas em movimentos separatistas que almejavam a criação de Estados Nacionais independentes englobando determinado grupo identificado culturalmente e, modificações conseqüentes da revolução cultural pós anos de 1950 responsáveis, além de outros fatos, pela contestação das normas e valores reinantes até então. O surgimento de grupos de identidade, sobretudo a partir da década de 1960, foi um reflexo da “homogeneização”

cultural inerente à globalização econômica. Esses grupos buscavam, essencialmente, representatividade:

[...] a essência da política étnica ou assemelhada em sociedades urbanas, ou seja, sociedades quase por definição heterogêneas, era competir com outros grupos semelhantes por uma fatia dos recursos do Estado não étnico, usando a ferramenta política da lealdade grupal (HOBSBAWM, 1995, p.417).

Os abalos sociais, políticos e econômicos da época interferiram no questionamento acerca do papel da ciência e da tecnologia nesse cenário, bem como da responsabilidade social dos cientistas.

Aparece un conflicto latente entre la racionalidad de la ciencia moderna y los valores de la vida humana, a la vez que se toma conciencia de la naturaleza esencialmente social del proceso actual de investigación científica, y de la necesidad de dirigir dicha investigación hacia fines socialmente significativos (CAPEL, 1981, p.407).

Além disso, a utilização da mesma metodologia para a análise dos fenômenos naturais e sociais visando o alcance da objetividade e neutralidade científica propostas pela ciência baseada nos princípios neopositivistas também entraram no debate. Indagava-se sobre a impossibilidade do alcance dessa objetividade nas ciências ditas sociais ou humanas, já que as características psicológicas, sociais e culturais do pesquisador e a conjuntura social do período histórico influenciam na escolha do objeto de estudo e na compreensão dos fatos empíricos. Há ainda, de acordo com Goldmann (GOLDMANN *apud* CAPEL, 1981) a dificuldade apresentada pela aproximada identidade do sujeito e do objeto do conhecimento. Compartilhando da mesma idéia, Piaget comenta que:

[...] la descentralización que es un requisito indispensable para la objetividad, es mucho más difícil de conseguir en caso de que el objeto esté formado por sujetos, y esto por dos razones, las dos bastante sistemáticas. La primera es que la frontera entre el sujeto egocéntrico y el sujeto epistémico es tanto menos clara cuanto que el yo del observador es parte integrante de los fenómenos que debería poder estudiar desde fuera. La segunda es que cuanto más “comprometido” está el observador y más valora los hechos que le interesan, más inclinado está a creer que los conoce intuitivamente y menos necesidad siente de acudir a técnicas objetivas. (PIAGET *apud* CAPEL, 1981, p.416)

Segundo Moreira (2004) a partir dos anos de 1970 verificou-se uma crise nos modelos de representação do mundo propostos pela ciência, conseqüentes do advento

da teoria da incerteza dos físicos do início do século e da Teoria da Relatividade de Einstein, o que colocou em debate o paradigma físico-matemático então reinante. A racionalidade técnica e econômica do período que se apossou da natureza entendida enquanto recurso para a produção capitalista também entrou em xeque devido às intensivas catástrofes ambientais. “*O tema ambiental junta-se ao tema das representações da natureza, levando o debate a centrar-se na reformulação da idéia paradigmática de natureza, espaço e tempo*” (MOREIRA, 2004, p.51).

Em decorrência desses fatores, novas formas de apreensão do real puderam aflorar no campo científico, além de concepções que criticam as ocorrências do período. “*Crítica da técnica, do modelo econômico centrado no lucro industrial, do primado da razão sobre a sensibilidade humana, e, mais para a frente, de toda forma de metanarrativa*” (MOREIRA, 2004, p.52).

Nesse contexto, os discursos da Geografia produzida sob os referenciais neopositivistas começaram a sofrer ataques diretos intensos sobre suas limitações. Apareceram movimentos de crítica tanto de caráter teórico-metodológico como direcionada ao pragmatismo ideológico dessa Geografia. A primeira diz respeito à utilização de modelos econômicos neoclássicos ou neoliberais para análise do comportamento da sociedade, os quais consideram que a conduta social se baseia na racionalidade em busca da satisfação máxima de suas necessidades, desconsiderando a complexidade do comportamento humano e sua subjetividade (GOMES, 2000).

Destaca-se o trabalho de Herbert Simon (Models of Man, 1957) que atenta para os diferentes fatores que interfeririam nas decisões econômicas como influenciadores de posteriores estudos geográficos, em contraposição aos modelos econômicos abstratos e simplificadores. Estes últimos consideravam os desvios dos comportamentos esperados de acordo com os modelos propostos, além de se incluir questões relativas à percepção – diferenciando a percepção científica, geralmente baseada nas abstrações e, a percepção da população acerca das influências do meio (CAPEL, 1981). Concomitantemente, vê-se o aparecimento da tendência dos estudos que os condicionantes do meio desempenham no desenvolvimento dos mecanismos psicológicos, através da Psicologia Ambiental.

El interés por el comportamiento condujo a una preocupación por la forma como el mismo se decide, lo que obliga a discutir la manera como se realiza la percepción en función de la cual - es decir, en función de la información

disponible y de su valoración - se toman las decisiones (CAPEL, 1981, p. 424).

A consideração do espaço como homogêneo proposto por essa concepção da Geografia também é criticado: as modelagens construídas não apresentam conformidade com a realidade que está carregada de valores, intenções, interesses e percepções diferenciadas acerca do espaço.

As críticas se estendem igualmente ao utilitarismo imediato proposto pela concepção neopositivista, objetivando intervir na realidade de maneira objetiva e racional apresentando respostas para os problemas sociais sem analisá-los profundamente e questioná-los sobre seus processos geradores, servindo assim para a manutenção da ordem estabelecida. *“O discurso da objetividade é, portanto, construído sobre aparências e tem como objetivo fundamental reproduzir e justificar ‘cientificamente’ as estruturas do poder e os prestígios sociais já constituídos”* (GOMES, 2000, p.277).

Nesse sentido despontam, principalmente, as concepções associadas ao materialismo histórico e dialético e a um engajamento político que conseguisse através do conhecimento da essência dos fatos uma transformação social.

A Geografia Crítica também caracterizada *“de relevância social, marxista e radical”* (CHRISTOFOLETTI, 1982, p.26) apareceu no final dos anos de 1960 e durante a década de 1970 como uma forma de insatisfação quanto às práticas quantitativistas utilizadas até então pela disciplina e, quanto ao contexto social da época, retrato de conturbações tanto econômicas, como sociais.

Insatisfação resultante do pragmatismo, da alienação, da *objetividade “no estudo dos padrões espaciais e não nos processos e problemas sócio-econômicos e com grande função ideológica”* (CHRISTOFOLETTI, 1982, p.27). Santos (2004) destaca que o conhecimento geográfico produzido até o momento contribuiu para a construção de um *“saber ideológico”* a serviço da materialização dos ideais capitalistas. De acordo com Stea, o objetivo desta abordagem é:

(...) la sustitución de las instituciones y el ajuste institucional de nuestra sociedad, instituciones que no pueden ya responder a las cambiantes necesidades sociales, que ahogan los intentos para darnos unos patrones de vida más viables, y frecuentemente no sirven más que al propósito de perpetuarse a sí mismos. No tratamos de sustituir las instituciones existentes

por otras que tomarán inevitablemente las mismas formas; tratamos de encontrar una nueva ordenación de medios de acuerdo con un nuevo conjunto de objetivos. (STEA *apud* CAPEL, 1981, p.427).

Na configuração do sistema capitalista dos setentas do século XX, em diante, a "*noção de totalidade*" se destacou nos novos estudos geográficos, principalmente para explicar as contradições econômicas e sociais da realidade do momento. Esta necessitava de uma análise relacional entre as partes para ser entendida – papel que pôde ser atribuído ao enfoque da totalidade, além da apreensão da mobilidade da sociedade que, de tempos em tempos, modifica essa totalidade, culminando em uma imprescindível ressignificação da configuração social e, conseqüentemente, espacial. (SANTOS, 2004).

Uma das categorias teóricas utilizadas na abordagem crítica e que, segundo Santos (2004), pode ser considerada como ponto inicial para a compreensão da sociedade a partir dos parâmetros da totalidade e da mobilidade é a Formação Econômica e Social.

A utilização dessa categoria apresenta um múltiplo interesse: ela não nos deixa cair nos enfoques "espacialistas", ela nos ajuda a fugir das posições metodológicas que fragmentam a realidade, e destarte conduz a uma análise do espaço segundo uma problemática que privilegia a totalidade social. (SANTOS, 2004, p.238).

O conceito pode ser entendido como a forma de organização de uma dada sociedade (aspectos econômicos, sociais, políticos e culturais) em um território, dependente das características históricas e aspectos do presente, responsável por uma configuração específica. Para sua análise se tem que levar em consideração as relações horizontais, responsáveis pela estruturação interna da sociedade e, as verticais, que mostram "*as relações de uma sociedade com as outras sociedades*" (SANTOS, 2004, p.245). As categorias de espaço, de região e de lugar passam a ter um novo significado, quando comparadas às concepções referentes às outras vertentes da Geografia. As considerações do contexto global, o fluxo intenso de materialidades e imaterialidades – com destaque para a informação –, o papel das instituições e dos atores hegemônicos entram na análise.

Partindo de um referencial materialista histórico com interface com a fenomenologia, Cosgrove (1998) propõe uma relação entre pressupostos dessas duas

abordagens na Geografia, com o objetivo de retomar e aprofundar as propostas da Geografia Cultural Tradicional e sem tender ao determinismo econômico colocado por alguns autores da Geografia Radical.

Uma geografia humanista considera a cultura como central para seu objetivo: compreender o mundo vivido de grupos humanos. Uma geografia marxista deve reconhecer que o mundo vivido, apesar de simbolicamente constituído, é material e não deve negar sua objetividade (COSGROVE, 1998, p.6).

As proximidades entre as duas abordagens na Geografia se baseiam na fuga do determinismo geográfico e ou econômico, destacando a historicidade da relação entre os homens e a natureza. Isso pode ser observado, segundo Cosgrove (1998), nos estudos de Carl Sauer que propôs o estudo da ação humana na transformação da paisagem através da história cultural e, em Marx e Engels que discutiram como o suporte natural oferece condições, ao longo do tempo, para que a prática humana o modifique e o transforme em um espaço construído socialmente. Entretanto, grande parte dos estudos da Geografia Cultural e da Humanística deixa a desejar quando se refere ao desenvolvimento de aportes teóricos, baseando-se, freqüentemente, nas pesquisas empíricas ou acabam no *idealismo fenomenológico* (COSGROVE, 1998).

Alguns geógrafos radicais propõem a utilização do conceito de Formação Econômica e Social, já que as áreas com características específicas são influenciadas pelo modo de produção dominante e este também se organiza de acordo com as peculiaridades dessas áreas. Os estudos culturais poderiam focar suas análises nas relações entre o modo de produção e os lugares. “A incorporação de uma sensibilidade e a compreensão do significado dos lugares na teoria marxista seria uma contribuição inestimável da geografia cultural” (COSGROVE, 1998, p.13). A Formação Econômica e Social retrata a história da construção do espaço através da sucessão de diferentes modos de produção já existentes ao longo do tempo e isso se torna evidente nas formas presenciadas nas paisagens e na observação das transformações pelas quais estas passam (COSGROVE, 1998). Como a base simbólica dos grupos sociais participa dessa produção do espaço, as paisagens e os lugares são carregados de significados do presente e do passado para os diversos grupos sociais que fizeram parte dessas configurações.

Dentro do materialismo histórico, em uma proposição mais humanista – que, de acordo com Cosgrove (1998) pode ser verificado em autores como Gramsci, Williams, Thompson e Sahlins –, há a possibilidade de se obter uma visão abrangente da configuração social. Nesse sentido pode-se pensar na já citada diferenciação dos lugares correspondentes às diferentes Formações Sócio-Espaciais, fugindo de interpretações que focam a produção simbólica social hegemônica que, em uma sociedade de classes, é apreendida e imposta a todos pelas classes dominantes, com o objetivo de legitimar as ações de dominação.

Considerações finais

Tendo em vista todo o exposto pode-se concluir que o Humanismo na Geografia aparece por dentro de um quadro de manifestações epistemológicas, bastante amplo. Historicamente seu aparecimento se justifica como uma reação às Geografias praticadas, conforme aqui tratado. Seus adeptos não aceitam uma concepção de ciência, segundo a qual a realidade e a verdade estão dadas definitivamente cabendo à Ciência encontrar-lhe as leis. Por outro lado, outros teóricos apoiados sob a orientação humanista não aceitam que a realidade seja dada nos moldes propostos pelo materialismo histórico e dialético. Não consideram a sociedade de classes proposta por Marx e, portanto, não aceitam que o sujeito cognoscente – seja ele pesquisador ou indivíduo comum – constrói seu conhecimento simplesmente a partir das influências de um grupo social específico formado em torno de suas necessidades materiais.

A partir da pesquisa realizada pôde-se perceber a “obscuridade” que esse tema representa para a Geografia, tanto por apresentar referenciais teóricos muito diversificados, utilizar conceitos e categorias de outras áreas do conhecimento, bem como por fazer uso de terminologias diversas que na maioria das vezes se referem a uma mesma situação ou conflito. Pode-se também refletir acerca da origem da Geografia Humanista, relacionando-a ao interesse que as pesquisas nessa temática possuem, bem como qual o significado que os autores que trabalham com essa concepção querem lhes dar.

O sentido de se utilizar uma abordagem humanista nas pesquisas geográficas pode bem estar na busca da compreensão dos principais conflitos envolvidos nas relações de poder e de territorialidade da sociedade atual. Para a corrente humanista,

estes aspectos são relevantes, porém alguns fatos somente são explicáveis sob o âmbito simbólico-cultural.

Algumas políticas governamentais, com destaque para os projetos de modernização, e alguns dos agentes hegemônicos veiculadores de ações verticais, não consideram os significados de “lugar” para os diferentes grupos sociais, e acabam por implementar mudanças no espaço físico que interferem no cotidiano destas populações e na relação de identidade que estas possuem com o local onde habitam.

É necessário entender que as realidades sociais estão influenciadas pelas características histórico-culturais dos grupos responsáveis pela apropriação e construção de determinado espaço e isso é relevante para a compreensão das dinâmicas desses locais.

A produção de conhecimentos pela atividade científica não pode prescindir destas considerações já que os procedimentos científicos e os próprios pesquisadores estão incluídos em formações sócio-espaciais que influenciam na interpretação dos fatos e até mesmo na escolha do objeto de análise.

Referências

ANDRADE, M. C. de. **Geografia Ciência da Sociedade**: uma introdução à análise do pensamento geográfico. São Paulo: Atlas, 1987. 143p.

BOURDIEU, P. O campo científico. In: Ortiz, R. (org.) **Pierre Bourdieu. Sociologia**. São Paulo: Ed. Ática, 1983. pp.122-155.

BUTTNER, A. Apreendendo o dinamismo do mundo vivido. In: CHRISTOFOLETTI, A. (org.) **Perspectivas da Geografia**. São Paulo: Difel, 1982. p. 165-193.

CAPEL, H. **Filosofía y ciencia en la geografía contemporánea**: una introducción a la geografía. Barcelona: Barcanova, 1981. 509 p.

CHRISTOFOLETTI, A. (Org.). **Perspectivas da Geografia**. São Paulo: Difel, 1982. 318p.

CLAVAL, P. O papel da nova Geografia Cultural na compreensão da ação humana. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (Orgs.). **Matrizes da Geografia Cultural**. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2001. P.35-86.

CORRÊA, R. L. Geografia Cultural: passado e futuro – uma introdução. In: ROSENDAHL, Z.; CORRÊA, R. L.(org.). **Manifestações da cultura no espaço**. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 1999. p. 49-58.

GOLDMANN, L. **Dialética e cultura**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. 197 p.

GOMES, P.C.C. **Geografia e Modernidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000. 368p.

GUELKE, L. Uma alternativa idealista na Geografia Humana. In: CHRISTOFOLETTI, A. (org.). **Perspectivas da Geografia**. São Paulo, Difel, 1982. P.195-212.

HOBBSAWM, E. J. **Era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. 598p.

HOLZER, W. A geografia anglo-saxônica – de suas origens aos anos 90. **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro, V. 55, n. 1/ 4, p. 109-146, jan./ dez. 1993.

MORAES, A.C.R. **Geografia: pequena história crítica**. São Paulo: Hucitec, 1999. 138 p.

MOREIRA, R. Velhos temas, novas formas. In: MENDONCA, F.; KOZEL, S. (Org.). **Elementos de epistemologia da geografia contemporânea**. Curitiba: Ed. da UFPR, 2004. P. 47-62.

NOGARE, P. D. **Humanismos e anti-humanismos: introdução à antropologia filosófica**. Petrópolis: Vozes, 1978. 292 p.

QUAINI, M. **A construção da Geografia Humana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983. 158 p.

SANTOS, M. **Por uma geografia nova: da crítica da geografia a uma geografia crítica**. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo. 2004. 285 p.